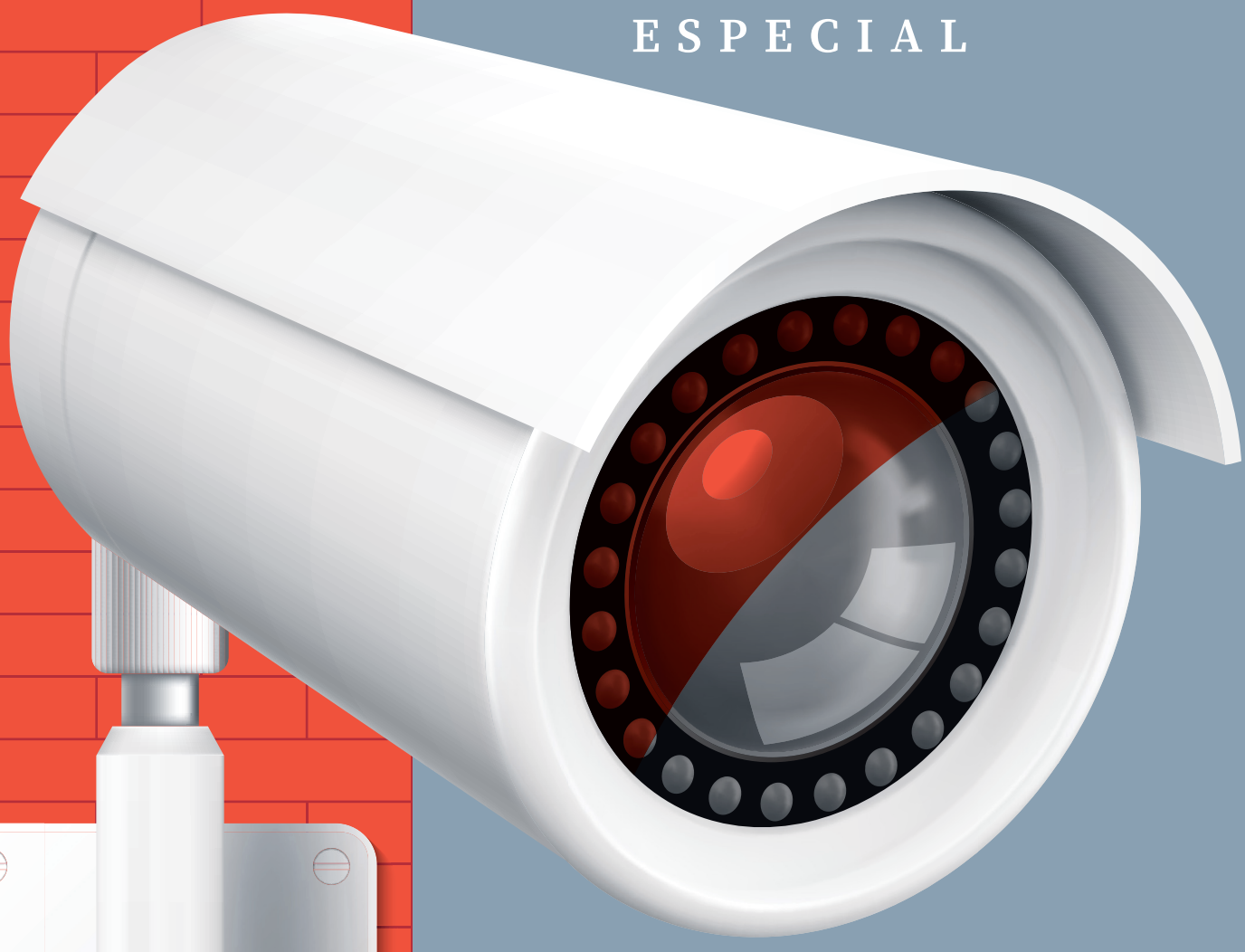
O Jornal Económico

ESPECIAL



Segurança privada

OS GRANDES DESAFIOS DE UM SECTOR QUE ACUSA O ESTADO DE INÉRCIA

As empresas de segurança privada entram no novo ano com queixas contra o Estado devido à (não) aplicação da lei que regula o sector, mas também com crispação interna. É que há companhias a desconfiar das más práticas de outras, acusando-as de concorrência desleal. 2023 será um ano de grandes desafios.

ANÁLISE

Empresas querem regulamentação da Lei da Segurança

P2

ENTREVISTA

Rogério Alves
Presidente da Associação de Empresas de Segurança

"Governo tem mostrado inércia na aplicação da lei da segurança privada"

Em entrevista ao Jornal Económico, o líder da Associação de Empresas de Segurança quer ver implementada uma concorrência "sã e leal" entre todo o sector.

P4

IMPACTO ECONÓMICO

Mercado da segurança não escapa ao escalar da inflação

P6

EDITORIAL

Guerra pública na Segurança Privada

Nuno Vinha
Subdiretor

Há uma guerra cada vez menos surda, e cada vez mais pública, a envolver as empresas de segurança privada. Coletivamente, estas empresas – cuja atividade muito depende da performance da economia nacional – têm uma queixa que se arrasta ao sabor da burocracia legislativa nacional. Em concreto, as empresas de segurança privada, e a associação que as representa, contestam o que consideram ser a inércia do Governo na aplicação da lei que regula a sua atividade. Como diz o presidente da Associação de Empresas de Segurança Privada, Rogério Alves, em entrevista ao JE, "o Estado não toma as medidas necessárias para que a lei se aplique de forma efetiva". Por exemplo, não garantindo que as vendas em concurso público são feitas no estrito cumprimento da lei. O Estado – diz – tem de alterar as suas formas de fazer contratação, até para servir de exemplo ao sector privado.

A outra guerra que envolve as empresas de segurança privada é mais insidiosa, mais difícil de identificar. Porque ninguém quer falar muito dela, porque ninguém a assume, porque é uma guerra intestina. Algumas das grandes empresas do sector não confiam ou contestam as práticas de outras mais pequenas ou semelhantes, acusam-se de forma velada de concorrência desleal. As más práticas, bem entendido, devem ser identificadas – tal como nos casos do trabalho não declarado – e atacadas por quem regula a atividade. Mas não deixa de ser um mau sinal que o sector, no arranque de um ano que se prevê muito duro para a sua atividade, não esteja unido. Para ter mais poder negocial junto do Estado, mais razão no momento de solicitar apoios ou, simplesmente, para ter mais paz para desenvolver o seu negócio. ■

ANÁLISE

Empresas querem regulamentação da Lei da Segurança

Líderes de empresas de segurança privada reclamam a necessidade de regular pontos essenciais da lei, tais como o combate à contratação com prejuízo e a realização de inspeções multidisciplinares aos operadores do sector.

RODOLFO ALEXANDRE REIS
rreis@medianove.com

A falta de regulamentação de alguns pontos essenciais da Lei da Segurança Privada atualmente em vigor é vista pelas empresas do sector como um dos principais desafios para este ano.

"O combate à contratação com prejuízo e a realização de inspeções multidisciplinares pela Autoridade para as Condições do Trabalho, Autoridade Tributária e Polícia de Segurança Pública aos operadores do sector, constitui um desafio importante para a sustentabilidade a longo prazo do sector da segurança privada no nosso país", refere em declarações ao Jornal Económico (JE), Gonçalo Morgado, diretor-geral da Prosegur Security em Portugal.

Como tal, o responsável considera ser necessário continuar a pugnar pelo cumprimento da lei com vista ao continuado desenvolvimento de um sector crítico para a sociedade e complementar da atividade das forças e serviços de segurança do Estado. Outro dos desafios para 2023, prende-se, de acordo com Gonçalo Morgado, com a forte escassez de meios humanos, fruto da concorrência com outros sectores também em crescimento, o que "tem levado as associações do sector a desenvolver ações para promover a atratividade do mesmo, nomeadamente ao nível da contratação coletiva, em conjunto com os sindicatos".

Num ano em que o contexto macroeconómico será marcado pelo aumento da inflação, António Maria Cardoso de Almeida Coimbra, presidente do Conselho de Administração da Prestibel, acredita que o sector da segurança privada será também afetado, dado que se encontra " já há décadas bastante debilitado, quer pela degradação progressiva da qualidade dos '*players*', quer pela falta de empenho da tutela na moralização do sector de que se fala há mais de 30 anos e que jamais se empreende".

Em declarações ao JE, o responsável destaca o artigo 1º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio que regula a atividade da segurança privada, a qual tem uma função subsidiária e complementar da atividade das forças e serviços de segurança pública do Estado. "Esta letra de lei deveria conferir à atividade alguma importância, isso não corresponde à verdade, tendo até sofrido, na vertente da vigilância humana, um rude golpe na sua credibilidade", afirma, recordando que há dois anos a Assembleia da República aprovou "por pressão de algumas empresas e por completo desconhecimento dos senhores deputados daquilo que aprovam, a 'transmissão de estabelecimento'".

Uma situação que, considera, atirou definitivamente o sector e obviamente os vigilantes que o integram "para um lugar de reles estatuto, como se de profissionais não diferenciados, tipo limpeza, se tratasse".

Ouvido pelo JE, Rogério Alves, presidente da Associação de Em-

Carlos Garcia Rawlins/Reuters

presas de Segurança (AES) privada, considera que a inflação é uma "preocupação", numa altura em que o sector está no "rescaldo" dos anos de crise provocados pela pandemia, realçando, contudo, que se todos cumprirem a sua parte, 2023 poderá ser um ano de crescimento saudável.

"Há indicadores de algum crescimento económico e a contratação de serviços de segurança pode acompanhar esse crescimento. Agora, esse crescimento económico tem de ser feito para que esse crescimento seja saudável, não seja apenas aparente e numérico. Então, tem de ser feito no quadro de uma concorrência sã, que afaste totalmente o trabalho não declarado. Isso é o que está na lei", afirma Rogério Alves.

Por seu turno, Gonçalo Morgado aponta que o atual cenário económico alicerçado no aumento da inflação acarreta uma subida dos custos de produção nos serviços que prestam aos clientes da Prestibel, quer nas componentes de equipamentos, materiais e custos de mobilidade/deslocação, mas também nos custos de pessoal, onde realça que se sente o impacto da inflação por via das alterações do novo CCT [Contrato Coletivo de Trabalho] negociado pelas associações patronais para 2023.

Gonçalo Morgado
Diretor-geral da Prosegur Security em Portugal

António Maria Cardoso de Almeida Coimbra
Presidente do Conselho de Administração da Prestibel

"De uma forma global, estes incrementos de custos são transversais e universais para todas as empresas do sector, não só porque grande parte deles são de origem legal (os laborais), mas também porque os restantes nos são impostos pelo mercado (equipamentos, materiais e custos de mobilidade)", sublinha.

Apesar de considerar que Portugal é um país seguro e onde os seus cidadãos gozam de direitos e liberdades civis garantidos pelo Estado, pelas forças e serviços de segurança do Estado e pelas atividades de segurança privada, o responsável atenta que nos últimos anos o mundo tem vindo a deparar-se com ameaças e desafios provenientes de várias áreas, dando como exemplos a pandemia de Covid-19, as disrupções nas cadeias de abastecimento ou, recentemente, a guerra na Ucrânia.

[O Estado] "através de alguns dos seus departamentos, ignora os contratos assumidos, não cumprindo as suas obrigações contratuais", refere António Maria Cardoso de Almeida Coimbra

"Todos estes fatores têm dado lugar a uma inevitável evolução do conceito de segurança, uma vez que esta já não se concentra apenas na proteção de pessoas ou bens, ao invés passou a incluir outras áreas como a segurança económica, de dados, de informação ou tecnológica", salienta, acrescentando que a atual complexidade que o mundo atravessa exige uma visão "holística da segurança", a fim de antecipar os riscos e ameaças que os nossos clientes enfrentam atualmente.

"E estes não vão desaparecer, antes pelo contrário, num contexto macroeconómico adverso, pelo que antecipamos que vão continuar os investimentos na área da segurança por parte dos nossos clientes", refere o responsável da Prosegur.

Numa outra perspetiva, António Maria Cardoso de Almeida Coimbra, entende que o sector da segurança privada sofre de uma "crise endémica" que tem três causas principais, a começar pela escassez de mão de obra, relacionada com os baixos salários, "mas também com a grande quantidade de jovens e adultos que nem estudam nem trabalham, por talvez não ver necessidade de o fazer, uma vez que dispõe de apoios e subsídios para não trabalhar".

A segunda causa deve-se, segundo o presidente da Prestibel, a uma "profunda desregulação real da atividade atribuível, em elevado quinhão, à tutela que quer controlar rigidamente o sector através da legislação exigente e fiscalização burocrática". No entanto, ressalva o responsável, a maioria dos departamentos do Estado "nega-se a dar cumprimento à legislação, realiza concursos com preços base escandalosamente ilegais, muito abaixo dos custos mínimos dos serviços a prestar e faz adjudicações no mesmo sentido".

Como tal, enfatiza que a fiscalização que devia ser feita "imperiosamente" aos serviços no terreno e às centrais de controlo e segurança é apenas realizada à documentação e quase sempre tendo como objectivo "as grandes empresas (à semelhança do que se passa com o ACT e a Segurança Social e o Fisco) porque é mais rentável na cobrança de coimas, taxas e impostos".

A terceira e última causa apontada pelo responsável está relacionada com a falta de pagamentos tempados por alguns departamentos do Estado, "contrariando a propalada preocupação de equilíbrio entre o Estado e as empresas nos impostos que cobra e nos pagamentos devidos".

Esse mesmo Estado, que afirma o líder da Prestibel, através de alguns dos seus departamentos, "ignora os contratos assumidos, não cumprindo as suas obrigações contratuais, não pagando atempadamente às empresas aquilo a que, apenas e só, têm direito por serviços já prestados, ficando por períodos de mais de 180 ou até 365 dias a dever milhões de euros, que em muito prejudicam a nossa empresa, que por vezes tem de recorrer a uma difícil gestão de tesouraria ou a crédito bancário, a fim de fazer face aos pagamentos atempados de todo o pessoal da empresa, que nunca teve um salário em atraso".

Outra das consequências do cenário macroeconómico que se antevê para 2023, poderá ser a falta de espaço para a concentração de grandes empresas de segurança privada em Portugal, que atualmente conta com 75 grupos ativos, uns de âmbito nacional de maior dimensão e outros de âmbito mais local.

No entanto, Gonçalo Morgado, constata duas situações: por um lado, assistiu-se, num passado recente, a alguns fenómenos de concentração e, por outro, a um pequeno decréscimo no número de operadores ativos. "Neste sentido, face à evolução prevista do mercado, não é de estranhar que se venham a verificar novos movimentos de concentração", salienta.

Questionado sobre se esta concentração de empresas poderá dar continuidade a uma disputa entre as empresas concorrentes para manterem as suas quotas de mercado, o responsável da Prosegur considera que a pressão competitiva é um tema inerente no sector da segurança por estar num mercado aberto.

"Mas este é também um mercado crítico para a segurança da sociedade em geral, regulado pela Lei da Segurança Privada, com uma atividade complementar e subsidiária às das Forças de Segurança do Estado e onde o Contrato Coletivo de Trabalho se aplica a todo o sector por via de portaria de extensão, o que acarreta que todos os operadores cumpram todos os requisitos previstos nestes instrumentos legais", explica.

Desta forma, Gonçalo Morgado, defende que é importante garantir que, sendo um mercado crítico para a segurança da sociedade e tão extensamente regulado, "o mesmo seja também amplamente inspecionado para garantir tal cumprimento por todos os operadores". ■

ENTREVISTA | ROGÉRIO ALVES | Presidente da Associação de Empresas de Segurança

"Governo tem mostrado inércia na aplicação da lei da segurança privada"

Em entrevista ao Jornal Económico, o líder da Associação de Empresas de Segurança quer ver implementada uma concorrência "sã e leal" entre todo o sector, baseada no cumprimento das mesmas regras e num comportamento adequado por parte do Estado português.

RODOLFO ALEXANDRE REIS
rreis@medianove.com

Uma concorrência sã e leal, que só pode acontecer se o cumprimento das regras for feito por todas as empresas. Esta é uma das principais medidas que Rogério Alves, presidente da Associação de Empresas de Segurança (AES) deseja ver implementada durante o ano de 2023.

Em entrevista ao Jornal Económico (JE), o líder da associação deixa também críticas ao Estado português, a quem acusa de falta de vontade política e inércia para fazer cumprir uma lei que considera ser necessária para que se viva um ambiente saudável entre todo o sector.

Enquanto responsável pela Associação de Empresas de Segurança, como olha para a conjuntura económica que se antevê para 2023?

O que posso dizer-lhe, basicamente, é o seguinte: é evidente que a inflação é uma preocupação, mas temos uma primeira excelente notícia: conseguimos fechar um contrato coletivo de trabalho, há duas semanas, sensivelmente.

Conseguimos chegar a acordo com os sindicatos para uma nova vigência do contrato coletivo de trabalho com novas condições. E isso, para nós, foi uma excelente notícia de final do ano.

Em segundo lugar, dizer-lhe que a nossa luta em 2023 vai ser a mesma luta de 2022. Os problemas são semelhantes, embora se agravem, e as soluções estão previstas na lei, mas não se aplicam na prática.

O que é que eu quero dizer com isto? Dia 23 de janeiro, terá lugar uma nova sessão do Conselho de Segurança Privada que, como sabe, é um órgão de consulta da Administração Interna e previsto na Lei da Segurança Privada. Vamos voltar a insistir nalgumas linhas fundamentais do que tem sido a nossa atuação. E quais são elas, para enfrentarmos este novo ano? A primeira, combate ao trabalho não declarado, isto é, evitar que continuem a proliferar empresas que não cumprem a lei e o contrato coletivo de trabalho. Para quê? Para conseguirmos uma concorrência sã e leal. Só há concorrência sã e leal se todas as empresas agirem em respeito pelas mesmas regras.

Como é que se consegue isso?

Do nosso ponto de vista, em primeiro lugar, dando vida a uma norma que já está na lei da segurança privada desde 2019, que era uma prática comercial proibida, a venda com prejuízo.

Portanto, nós estamos a bater-nos para que, nomeadamente nos concursos públicos para a compra de serviços de segurança privada, esteja previsto claramente, o controlo da existência de venda com prejuízo, para cumprir a lei. É só para cumprir a lei.

Depois, à parte desta medida, defendemos outra coisa que está na lei: o implemento do exercício da responsabilidade solidária por parte das empresas que contratam empresas de segurança privada ou das entidades que contratam empresas de segurança privada.

Se essas empresas de segurança privada não pagarem aos trabalhadores, não pagarem a Segurança Social e não pagarem os encargos fiscais... Por um lado, temos de controlar o montante, se não está a ser feita uma venda com prejuízo, e depois verificar se na prática essas regras estão a ser cumpridas através também de um terceiro elemento, que está na lei desde 2019, muito por pressão da nossa associação, que são as inspeções multidisciplinares. Isto é, o exercício de uma atividade inspetiva feita de forma agrupada pela Polícia de Segurança Pública, que tem a tutela deste sector, pela Segurança Social, pela Autoridade Tributária e pela Autoridade das Condições de Trabalho, que confira em cada momento o número de contratos que cada empresa tem. Isso e o número de horas que são despendidas nesses contratos. E também o número de pessoas que, no cumprimento da lei e do contrato coletivo, são necessárias para desempenhar essas tarefas, e que tarefas são desempenhadas, nomeadamente de trabalho noturno, trabalho ao fim de semana, horas extraordinárias, etc. E ver se a equação fecha. Isto, para nós, é aquilo a que chamamos de inspeções inteligentes. Não é assim que a lei chama, mas é como nós chamamos. São feitas de forma multidisciplinar. Porque, repare, o aumento da faturação do sector, e os bons indicadores que o sector, na globalidade, tem demonstrado, não significa aumento de rentabilidade para nós. Isso é uma questão muito importante.

> **A segurança privada foi um grande auxiliar no tempo da pandemia, mas obviamente o mercado encolheu muito. Foi um tempo de crise, muita crise, mas o sector sobreviveu**

Quais são as vossas metas para 2023?

Para nós, as grandes divisas são o cumprimento da lei, a verificação do cumprimento da lei, a concorrência sã e leal, baseada no cumprimento das mesmas regras, o comportamento adequado, nomeadamente do Estado, que faça com que o que está na lei não seja letra morta e crie o antídoto para a chamada venda com prejuízo, que é uma prática comercial proibida e, portanto, exigindo a demonstração de que a empresa que se candidata a prestar um certo serviço, com o valor que vai cobrar, consegue garantir os pagamentos a que está obrigada.

Nós levamos ao Conselho de Segurança Privada uma amostragem de concursos públicos para compra de serviços de segurança feitos em 2021, concursos 21 e 22 salvo erro, em que os preços pelos quais os serviços de segurança foram adjudicados para aquilo que nós designamos uma portaria de 24 horas por dia, sete dias por semana, toda aquela que existe em que as coisas são preços mais baixos do que aqueles que uma recomendação da ACT de 2011 considerava os preços mínimos. Colocados 12 anos de inflação, conseguimos contratações em 2021\2022 a valores mais baixos do que aqueles que eram os mínimos considerados pela ATP em 2012.

Em 2020, a associação de seguranças, nomeadamente a COPS e PSG, marcaram manifestações por salários em atraso. Nesta altura, depois da pandemia, essa situação está resolvida?

Cristina Bernardo

Note que na associação a que presido, que eu saiba, nenhuma tem salários em atraso. Nem controvérsias relativamente a pagamentos. Agora, a pandemia foi vivida com muita apreensão, muito sacrifício e muita ginástica, evidentemente, porque se é verdade que, nalguns casos, a pandemia teve a "virtualidade" de demonstrar a grande importância da segurança privada, esta teve uma grande importância no período da pandemia, no trabalho nos hospitais, nas farmácias e em instalações críticas. A segurança privada foi um grande auxiliar no tempo da pandemia, mas obviamente o mercado encolheu muito. Foi um tempo de crise, de muita crise, mas o sector sobreviveu, melhor ou pior, sobreviveu e ultrapassou a crise com muitas dificuldades e muito sacrifício. Agora que voltámos aos tempos de normalidade, era bom transformar a lei em prática. Esta seria a grande divisa para transformar a lei de letra morta em coisa viva.

Acha que o Estado tem feito letra morta da lei e devia ter um papel mais ativo no cumprimento da mesma?
Sem dúvida nenhuma. Aliás, diria que o Estado é o principal responsável pela Lei de Segurança privada nestes aspetos que referi estar em hibernação. Isto é, não toma as medidas necessárias para que a lei se imponha de forma efetiva. E os exemplos que lhe dou são sobretudo dois, e retomo o que dizia há pouco. Em primeiro lugar, nos concursos públicos tem de haver o controlo de que não existe uma venda em violação da lei, assim como pede a prova de que não se deve dinheiro à Segurança Social, assim como pede a prova de que não deve dinheiro ao fisco, assim como pede a prova de que tem alvará para o exercício da atividade. Também tem de pedir a prova de que não há venda com prejuízo. Essa, então, é a questão fundamental, a primeira delas. A segunda é exercer uma fiscalização efetiva, nos moldes que há pouco referi.
E repare que é uma fiscalização que tem uma natureza um pouco diferente da fiscalização tradicional. Quando falamos em fiscalização, pensamos na deslocação ao esforço, aos postos de trabalho, para verificar se o trabalhador está a cumprir o horário adequado, se as instalações são adequadas, se tem colocado o respetivo cartão, se está autorizado a exercer as suas tarefas, etc. E isso deve continuar. Agora, esta inspeção que nós propúnhamos, e que foi prevista na lei, com equipas multidisciplinares e com a junção de várias entidades, digamos assim, que se podem juntar para o efeito, é feita de uma maneira até menos onerosa, que é feita basicamente nas sedes das empresas. Isto é, eu vou buscar informação às próprias empresas. Porquê? Porque é lá que estão estes elementos que referi. Quantos contratos existem? Quantas pessoas são necessárias para desempenhar essa atividade no quadro do respeito pela lei? Quanto é que essas pessoas têm de receber? A quanto é que isso corresponde em descontos para a Segurança Social e para o Fisco? Já considerando os vários tipos de horário, o horário normal, o horário noturno, o horário ao fim de semana, etc.
No fundo é quase fazer uma equação.

É importante que a lei seja ativada e não esteja morta por parte do governo, até para evitar algum sentimento de crispação entre as próprias empresas?
O ambiente tem de ser saudável e o ambiente saudável, nisto, é o cumprimento da lei. O cumprimento da lei é que é relevantíssimo.
Já agora, só para dar uma ajuda nesta questão da responsabilidade solidária, que foi introduzida em 2019, é o artigo 60º B da lei. E relativamente às práticas comerciais desleais, é o artigo 5º, onde diz 'práticas comerciais desleais'. Uma é a contratação com serviços não declarados. Outra é a contratação com prejuízo porque, compreende, se efetivamente eu para fazer 24h sete dias por semana, obedecendo à lei, preciso de três trabalhadores e meio por dia... Se a empresa concorrer com dois, consegue apresentar um preço mais barato, não é?

O que impede então o Governo de aplicar a lei?
É a falta de vontade política e de inércia. Tem de reformar as suas práticas, tem de alterar as suas formas de fazer contratação, tem de ser um exemplo até para o sector privado.

Este ano ainda vai ser de sobrevivência ou pode ser de renascimento do sector?
Ainda estamos um bocadinho, como se diz agora, no rescaldo dos anos da crise, mas se todos cumprirem a sua parte, poderá ser um ano de crescimento saudável.
Porquê? Porque há indicadores de algum crescimento económico e a contratação de serviços de segurança pode acompanhar esse crescimento da contratação.
Esse crescimento económico agora tem de ser feito para que esse crescimento seja saudável, não seja apenas aparente e numérico. Então, tem de ser feito no quadro de uma concorrência sã, que afaste totalmente o trabalho não declarado. Isso é o que está na lei.

Portanto, não existe o risco de haver uma diminuição do número de empresas de segurança privada ou de, eventualmente uma empresa deste sector adquirir outra?
Bem, isso não tenho a certeza. Uma coisa é uma tendência para o crescimento. Outra coisa são atitudes de gestão. Não creio que haja motivo para que o mercado sofra grandes alterações. Para além daquelas que são o movimento normal da vida comercial. Espero é que os *players* que estão no mercado e os que cheguem ao mercado, todos se comportem de acordo com as regras. Isso, para nós, é fundamental. ■

Reuters

IMPACTO ECONÓMICO

Mercado da segurança não escapa ao escalar da inflação

Especiaistas revelam que o aumento da inflação nos últimos meses tem levado a uma perda de poder de compra dos consumidores. Na cibersegurança, a guerra provocou um ataque a várias infraestruturas críticas e novas ameaças.

RODOLFO ALEXANDRE REIS
rreis@medianove.com

O aumento da inflação promete criar um cenário desafiante para as empresas de segurança privada em 2023. Em declarações ao Jornal Económico (JE), Luís Quintino, diretor de Operações da Securitas Direct, destaca, contudo, que o grupo vai continuar a trabalhar para oferecer o melhor serviço possível aos clientes a um preço competitivo.

"Continuaremos a procurar inovar e aumentar a segurança das pessoas nas suas casas através dos alarmes conectados da Securitas Direct. A inflação é algo que tem afetado todos os mercados e sabemos que o mercado da segurança privada não vai ser diferente", refere, salientando que a escalada da inflação dos últimos meses tem levado a uma consequente perda de poder de compra dos consumidores.

"Estamos a reagir ao que tem acontecido no mundo e a procurar absorver parte da inflação sentida pelos clientes para continuar a oferecer o melhor em termos de qualidade-preço. A segurança das pessoas continua a ser um fator fundamental e acreditamos que a confiança na Securitas Direct, a única empresa do mundo 100% especializada em sistemas de alarmes conectados, se vai manter", afirma.

Depois de em 2022 a empresa ter registado um crescimento de 8%, e apesar do cenário económico do próximo ano, o responsável acredita que a Securitas Direct pode continuar a cimentar a posição de liderança no mercado português.

Numa perspetiva de cibersegurança Joe Robertson, EMEA CISO, da Fortinet, realça, em declarações ao JE, que depois da aceleração que a empresa teve em 2020, o ano passado foi mais calmo, servindo como um período de consolidação, em que as organizações tentaram normalizar a situação para transformar as medidas urgentes em algo mais estável e seguro.

Luís Quintino
Securitas Direct

Joe Robertson
Fortinet

"Este ano tem sido muito mais próximo do que podemos chamar de 'normalidade', mas, infelizmente, a normalidade, em cibersegurança, significa novas ameaças e esforços para atualizar defesas", salienta, dando como exemplo, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que provocou muitos ataques a infraestruturas críticas, não se limitando apenas a esses dois países.

"Ao mesmo tempo, tem havido um aumento impressionante dos ataques de *ransomware* dirigidos a infraestruturas de TI e redes industriais, o que tornou executivos e conselhos de administração mais preocupados do que nunca em proteger os seus ambientes de produção", sublinha o responsável, assumindo que esta tendência será ainda mais acentuada no próximo ano, pelo que a primeira prioridade, da redução dos custos, não deve comprometer a segurança da empresa.

"Se os custos tiverem de ser reduzidos ou mantidos constantes - e num ambiente de inflação -, o foco deverá centrar-se na eficiência das infraestruturas e da equipa", defende.

No sector da segurança informática, tanto os ataques, como as medidas de segurança, estão em constante evolução. Como tal, Joe Robertson, enfatiza que pode ser perigoso atrasar a substituição do serviço. "Por isso, importa explorar o potencial dos serviços existentes, procurando novas funcionalidades, mas que ainda não estejam a ser utilizadas e que podem ter um custo inferior do que ter de adquirir um novo serviço", conclui. ■

PUB

O Jornal Económico não mudou, transformou-se.

Descubra a melhor forma
de estar informado
em **jornaleconomico.pt**

O conhecimento transforma.

PUB

Disponível para download

www.forbesafricalusofona.com

A Forbes África Lusófona está também on-line. Negócios, Business Intelligence, Lifestyle
e as notícias dos grandes empreendedores moram aqui.

LEIA NO SEU
TABLET OU
SMARTPHONE

Descarregar na App Store

DISPONÍVEL NO Google Play

VISITE-NOS
TAMBÉM NAS NOSSA
REDES SOCIAIS
@forbesafricalusofona

Poder, Fortuna, Sucesso. Está tudo aqui.